

Assembleia da República dissolvida na próxima quinta-feira

written by 0 Cidadão | 14 de Março, 2025



A Assembleia da República vai ser dissolvida formalmente na quinta-feira, dia 20, estando ainda prevista uma sessão plenária na próxima semana.

O gabinete do presidente do parlamento precisou, à agência Lusa, que **o decreto do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que ditará a dissolução será publicado na quarta-feira, 19 de março, produzindo efeitos a partir de quinta-feira, dia 20.**

Os deputados já tinham antecipado uma possível dissolução do parlamento ainda durante esta semana, mas os trabalhos foram novamente ajustados.

De acordo com o porta-voz da conferência de líderes, o deputado Jorge Paulo Oliveira, **na segunda-feira será o**

habitual dia para os deputados contactarem com o eleitorado e terça-feira estão previstas reuniões de várias comissões parlamentares.

Na quarta-feira mantém-se o debate preparatório do Conselho Europeu, com a presença do Governo, mas em vez de ser realizada em formato de Comissão Permanente (órgão com menos deputados e menos poderes que funciona quando a Assembleia está dissolvida ou no período de férias), será em formato de sessão plenária, como habitual.

No mesmo dia, de manhã, está marcada uma **conferência de líderes**, na qual os deputados vão decidir se realizam ou não este ano a tradicional sessão solene evocativa do 25 de Abril de 1974 e a calendarização dos trabalhos das próximas semanas. Deverá ser agendada uma reunião da Comissão Permanente.

O Presidente da República anunciou na quinta-feira, numa comunicação ao país, que as **eleições legislativas antecipadas vão realizar-se a 18 de maio**, na sequência da crise política que levou à demissão do Governo PSD/CDS-PP.

Marcelo Rebelo de Sousa afirmou que **“não havia meio caminho”** nem consenso possível entre a posição do Governo e da oposição na atual crise, considerando que **“não é possível confiar e desconfiar”** ao mesmo tempo do primeiro-ministro, Luís Montenegro.

A atual crise política teve início em fevereiro com a publicação de uma notícia, pelo Correio da Manhã, sobre a empresa familiar de Luís Montenegro, Spinumviva, detida à altura pelos filhos e pela mulher, com quem é casado em comunhão de adquiridos, – e que entretanto passou apenas para os filhos de ambos – levantando dúvidas sobre o cumprimento do regime de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos públicos e políticos.

Depois de mais de duas semanas de notícias – incluindo a do Expresso de que a empresa Solverde pagava uma avença mensal de 4.500 euros à Spinumviva – de duas moções de censura ao Governo, de Chega e PCP, ambas rejeitadas, e do anúncio do PS de que iria apresentar uma comissão de inquérito, o primeiro-ministro anunciou a 05 de março a apresentação de uma moção de

confiança ao Governo.

O texto foi rejeitado na terça-feira com os votos contra do PS, Chega, BE, PCP, Livre e deputada única do PAN, Inês Sousa Real. A favor estiveram o PSD, CDS-PP e a Iniciativa Liberal.

OC/LUSA/MP

Foto | António Pedro Santos/Lusa